



***O CLUBE DA LUTA E AS MUITAS FORMAS DE “SER SUJEITO
HOMEM”***

***EL CLUB DE LA LUCHA Y LAS MUCHAS FORMAS DE “SER SUJETO
HOMBRE”***

***THE CLUB OF FIGHT AND THE MANY WAYS OF “BEING A MALE
SUBJECT”***

Maria Luiza Sussekind¹

Vinícius Hozana²

RESUMO

Esse artigo discute como as masculinidades, especialmente negras e periféricas, são construídas em contextos marcados pela necropolítica, pelo racismo estrutural e pela exclusão social. Analisa experiências escolares e cotidianas, como o “Clube da Luta” organizado por estudantes, para refletir sobre performances de ser “sujeito homem” — associadas à violência, virilidade e sobrevivência em cenários de vulnerabilidade. Mostra como o patriarcado e o currículo escolar produzem necrocurrículos que silenciam vidas e histórias, reforçando estigmas que criminalizam meninos negros. Ao mesmo tempo, aponta resistências e reinvenções que reafirmam a humanidade frente às políticas de morte. O texto também relaciona essas masculinidades à misoginia, à hipersexualização e às contradições impostas pelo sistema, revelando como corpos negros transitam entre pertença, estigmatização e violência. A crítica central é à naturalização de hierarquias de gênero e raça que definem quais vidas importam e quais são descartáveis.

Palavras-chave: Necropolítica. Masculinidade. Racismo. Resistência.

RESUMEN

Este artículo discute cómo las masculinidades, especialmente las negras y periféricas, se construyen en contextos marcados por la necropolítica, el racismo estructural y la exclusión social. Analiza experiencias escolares y cotidianas, como el “Club de la Lucha”

¹ Cientista do Nosso Estado/FAPERJ desde 2019. Representa ANPEd no Conselho de Políticas Educacionais em Direitos Humanos/MEC. Nomeada membro externo da Comissão de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para revisão das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio Res2/2024. Professora do Departamento de Didática desde 2009, e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unirio desde 2014.

² Doutor e mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Especialista em Ensino de Geografia pelo Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (CESPEB/UFRJ). Graduado em Geografia pela UFRJ. Professor das redes municipal e estadual de ensino do Rio de Janeiro.

organizado por estudantes, para reflexionar sobre las performances de ser “sujeto hombre” — asociadas a la violencia, la virilidad y la supervivencia en escenarios de vulnerabilidad. Muestra cómo el patriarcado y el currículo escolar producen necrocurrículos que silencian vidas e historias, reforzando estigmas que criminalizan a los chicos negros. Al mismo tiempo, señala resistencias y reinenciones que reafirman la humanidad frente a las políticas de muerte. El texto también relaciona estas masculinidades con la misoginia, la hipersexualización y las contradicciones impuestas por el sistema, revelando cómo los cuerpos negros transitan entre pertenencia, estigmatización y violencia. La crítica central se dirige a la naturalización de jerarquías de género y raza que definen qué vidas importan y cuáles son desechables.

Palabras clave: Necropolítica. Masculinidade. Racismo. Resistencia.

ABSTRACT

This article discusses how masculinities, especially Black and peripheral ones, are constructed in contexts marked by necropolitics, structural racism, and social exclusion. It analyzes school and everyday experiences, such as the “Fight Club” organized by students, to reflect on performances of being a “male subject” — associated with violence, virility, and survival in vulnerable settings. It shows how patriarchy and the school curriculum produce necro-curricula that silence lives and histories, reinforcing stigmas that criminalize Black boys. At the same time, it highlights resistances and reinventions that reaffirm humanity in the face of death policies. The text also connects these masculinities to misogyny, hypersexualization, and the contradictions imposed by the system, revealing how Black bodies navigate belonging, stigmatization, and violence. The central critique targets the naturalization of gender and race hierarchies that define which lives matter and which are disposable.

Keywords: Necropolitics. Masculinity. Racism. Resistance.

Introdução

O artigo apresenta o relato sobre O Clube da Luta e duas imagens feitas em salas de aula ancorando o debate sobre a noção de necropolítica (Achile Mbembe, 2016; *apud* Maria Luiza Sussekind, Lorena Faria do Carmo e Jeferson Maske, 2024) para analisar como as formas de masculinidade pode competir para hierarquizar vidas e legitimar violências. No contexto brasileiro, especialmente nas periferias e favelas, a necropolítica atua ao definir quais grupos são considerados descartáveis, evidenciando o racismo estrutural que atinge, sobretudo, meninos negros e pobres. A exclusão escolar, a criminalização das juventudes e a naturalização da violência contra corpos racializados se configuram como estratégias de controle social e curricular que produzem “necrocurrículos”, apagando histórias e vidas em nome de uma suposta qualidade educacional. (Sussekind, Carmo, Maske, 2024)

Nesse cenário, o jovem, menino, homem preto é apresentado como alvo central dessa guerra, marcada pela vulnerabilidade extrema e pela negação de direitos básicos. Os meninos, frequentemente associados ao risco e ao perigo, tornam-se as maiores vítimas da violência letal, seja pela ação direta das operações policiais, seja pela falta de acesso a políticas públicas que lhes garantam dignidade. O racismo, portanto, opera como tecnologia do sistema patriarcal, e, não é apenas um pano de fundo, mas o motor que sustenta a produção de infâncias e juventudes descartáveis, naturalizando a “marginalidade” e a morte como destinos possíveis. Ainda assim, o texto ressalta que há formas de resistência na vida e nos currículos que reafirmam a humanidade contra as políticas de morte.

Ser Sujeito Homem

Eu fumo, eu cheiro, já matei, já roubei, sou sujeito homem.

Filé com Fritas (Cidade de Deus, 2002)

A expressão utilizada pelo personagem Filé com fritas, interpretado pelo ator Darlan Cunha, no filme Cidade de Deus (Fernando Meirelles, 2002) revela um modo específico de construção do ser “sujeito homem”, que associa masculinidade e violência à virilidade, dureza e coragem. Nesse contexto, ser homem significa provar-se pela violência e pela transgressão à lei, numa lógica em que a identidade se forja pelo enfrentamento violento. Os atos de matar, roubar ou consumir drogas não aparecem apenas como práticas marginais, mas como marcadores de pertencimento e reconhecimento social dentro de uma ordem atravessada pela exclusão.

Paulo Melgaço da Silva Junior e Vanderlir Camilo (2022, p.180 e181) afirmam que

de acordo com Silva Junior (2017), masculinidades são comunidades imaginárias marcadas por discursos e pertencimentos a determinados grupos. Elas são múltiplas e forjadas na cultura e nas práticas sociais diárias de engajamento nas quais garotos e homens são submetidos cotidianamente, estando diretamente marcadas pelas relações de poder. Os padrões de masculinidades são construídos por “meio da corporificação social” (CONNELL, 2016, p. 62). Dessa forma, são performatizadas, construídas e reconstruídas de acordo com a história e a cultura.

Nas periferias, nas escolas, nos trens urbanos, no “rolezinho do shopping”, na ida à praia num domingo de sol no Rio de Janeiro, esse ser “sujeito homem” pode assumir significados distintos daqueles valorizados pela sociedade hegemônica, que associa ser homem a atributos como estabilidade no trabalho, provimento familiar e autocontrole. As masculinidades periféricas, ao contrário, são moldadas pela necessidade de sobrevivência em meio à desigualdade e, ao mesmo tempo, pelo estigma que criminaliza corpos negros.

Essa realidade evidencia uma profunda contradição social: enquanto sociedade, Estado e mídia estigmatizam o sujeito homem negro como sinônimo de perigo, é a própria estrutura social — marcada pelo racismo e pela ausência de oportunidades — que empurra muitos jovens a assumirem essa identidade como forma de resistência, pertencimento e proteção, e ao mesmo tempo os torna alvo e vulneráveis a todos os tipos de violência.

A ideia de “sujeito homem” que expusemos acima é uma forma de construir respeito e reconhecimento, em certos espaços sociais, por meio de uma postura dita como “firme” diante da vida, sem “dar mole”, nem “levar desaforo para casa”. Ser sujeito homem também é adotar uma aparência séria, sem risadinhas, não falar de intimidades, sentimentos ou fragilidades, não detalhar relações afetivas ou mesmo aspectos da moradia e do trabalho. Essa performance se marcava pela dureza, pela associação à violência e, muitas vezes, à sexualidade exagerada ou à criminalidade.

Nos espaços periféricos predominantemente negros e pardos, esse “ser sujeito homem” significa também pertencer ao grupo, compartilhar códigos de conduta e desenvolver ferramentas para sobreviver em um ambiente atravessado pela desumanização, em múltiplas formas. Mais do que uma escolha individual, trata-se de uma resposta às imposições sociais sobre as masculinidades negras no Brasil, constantemente associadas ao perigo, ao crime e ao medo.

Entender o “sujeito homem” como expressão de uma masculinidade brasileira é perceber que se trata de uma construção marcada pela violência e por exigências contraditórias de desempenho social, pelo racismo estrutural e por um passado que permanece nos castigos corporais impingidos por agentes da segurança pública ou privada que tangenciam a legalidade e ocupam as notícias, e nas escolas: as histórias, as brincadeiras, e os desenhos. Ao mesmo tempo em que garante pertencimento e certo respeito dentro de certas comunidades, também reforça o isolamento emocional e a estigmatização. Nesse contexto, o medo deixa de ser apenas um sentimento pessoal para se tornar uma estratégia de poder e uma performance coletiva um recurso e tanto para

impor respeito quanto para sobreviver num cenário de desigualdade e racismo estrutural. Ainda mais para um de nós, autores, que é “um negão desse tamanho” (Hozana, 2023, p.170).

O ser “sujeito homem” como uma manifestação possível entre as masculinidades negras e periféricas nos inspirou a trazer o relato sobre “O Clube da Luta”, e duas fotografias do acervo de pesquisa (AUTOR 1, 2023), para estender o debate e argumentar que os cotidianos escolares são palco de diversas manifestações dessas performances.

O professor Vinícius Hozana, oferece as seguintes imagens a seguir, uma, por meio de relato, que foi mencionado em sua tese (Hozana, 2024, p. 116), e duas fotografias, de seu acervo de pesquisa, para avançarmos nesse debate.

Certo dia, no ano de 2022, me deparei com uma situação no mínimo inusitada. Estava dando aula no fim do corredor, nos tempos depois do almoço, no último andar da escola. As turmas de tempo vago estavam no pátio e havia um relativo silêncio no corredor, interrompido por barulhos contidos de pancadas. Aquela situação chamou minha atenção, procurei a origem dos sons e para minha surpresa, um grupo de estudantes estava reunido em uma sala, organizados em roda, em silêncio, com os celulares filmando outros dois estudantes que estavam no centro da roda, utilizando luvas de boxe e trocando socos. Eles tomaram um susto quando me viram, alguns correram, mas consegui falar com os dois que estavam com as luvas e os levei até a sala da coordenação.

Contaram que eles já estavam fazendo aquilo havia algum tempo, vários estudantes já tinham participado, alguns deles frequentam academias de artes marciais no bairro, e duas regras eram muito importantes para eles, não comentar com ninguém sobre as lutas e só aplicar golpes do pescoço para baixo. Na hora foi impossível não pensar na referência do filme Clube da Luta. Esse filme de 1999, adaptado e dirigido por David Fincher é baseado no livro de Chuck Palahniuk. A primeira regra do Clube da Luta é: não fale sobre o Clube da Luta. Esse “clube” criado pelos estudantes, pensei, acabou tornando-se uma atividade curricular, já que está planejada e ocupa tempos (antes) vagos. De certa forma, quando a administração pública organiza o currículo para ser agente colonizador do tempo do estudante e não encaminha professores para ocupar todos os tempos, gerando *tempos vagos*, acaba anuindo com esse novo componente curricular eletivo: o Clube da Luta.

Os diversos questionamentos que fiz aos estudantes, tentando entender suas motivações para tal organização não foram respondidos e nem posso afirmar que desbaratei aquele esquema. Das poucas coisas que eles disseram, uma que me chamou atenção foi questionar se eu preferia que eles estivessem “**avacalhando a escola ou furtando celulares**”. Como assim as únicas opções possíveis ao Clube da Luta são furto e baderna? Fiquei sem entender essa dinâmica, imaginando que talvez, daquele jeito torpe, eles estivessem lidando com o ódio, extravasando emoções. Mas, depois, no doutorado, eu ia entender melhor as masculinidades, o racismo, e as diversas formas de resistência e desobediência que habitam as criações curriculares.

O Clube da Luta é também uma manifestação de ser “sujeito homem”, de uma possível masculinidade negra periférica que, estigmatizada, subverte o sentido de marginalidade. É um exemplo de *sociabilidade violenta* que é inerente a vida urbana, das periferias, como do Rio de Janeiro e aparta seus constituintes de desfrutar da ordenação estatal, subalternizados. Para Jurandir Freire Costa “quando a ação agressiva é pura expressão do instinto ou quando não exprime um desejo de destruição, não é traduzida nem pelo sujeito, nem pelo agente, nem pelo observador como uma ação violenta”. (Costa, 1986, p. 30) Nas conversas complicadas, que são os currículos das *universidadescolas*, podemos afirmar que nem toda masculinidade representa violência e ódio. Mas, nestas conversas, incluímos o processo de desvalorização da escola, as pautas do *tsunami neoliberal global conservador* e as muitas respostas que os currículos favelados propõem à normatização, às tentativas de homogeneização e subalternização de suas criações (Maria Luiza Sussekind; Lorena Azevedo do Carmo; Jefferson Maske, 2024).

Esse relato narra uma situação ocorrida em 2022, hoje em dia, pós pandemia, o conservadorismo ainda se expande como parte desse tsunami neoliberal global no contexto do *fim do mundo do fim* (Maria Luiza Sussekind; Fábio André Diniz Merladet; Maria Giulia Scheffer D’avignon, 2022). Essa expansão, soa como um último fôlego de onda de destruição, dada a impossibilidade de sua manutenção. Pensamos que os ódios são deles, daqueles que nos atacam, detonando as escolas públicas, os docentes, os estudantes, daqueles que nos consideram tão pobres, tão negros, tão pardos, tão nordestinos, tão dispensáveis. Para nós, na fantasia nefasta deles, resta dor, solidão e “a morte sem recurso” (ASSIS, 1906, p.9). Não podemos confundir os discursos de ódio com as manifestações da sociabilidade violenta, da comunicação violenta entre eles que muitas vezes é oriunda da performance de masculinidade adotada. Por isso, embora ambos sejam performances, argumentamos, um é necrofilia, o outro é sobrevivência.

FIGURA 1: Meta Mensal



Fonte: Arquivo de pesquisa (Vinícius Hozana, 2023)

A figura 1, acima, mostra um cartaz fixado em um quadro na sala de aula como resultado de uma iniciativa da coordenação pedagógica para divulgação do cronograma escolar e organização dos estudantes. O espaço das anotações deveria ser preenchido coletivamente por estudantes e professores, com as datas de testes, trabalhos, provas, páginas dos livros e das apostilas a ler etc. Um estudante, incentivado por um grupo de colegas, segundo, soubemos pelos corredores da escola, escreveu “meta comer muita buceta” no cartaz, desenhando um pênis e uma vagina logo abaixo da frase.

Segundo Pierre Bourdieu (2010, p.20) a “virilidade [...] é indissociável das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente homem de verdade”. Conforme já argumentamos, o sistema patriarcal se estrutura num equilíbrio instável de forças e ameaças, gerenciando proteção e violência, em troca de obediência, cumplicidade e apagamento.

Assim, enquanto o relato, sugere um exercício de resistência e sobrevivência, invertendo o sentido de marginalidades e subvertendo a masculinidade possível para o homem, sobretudo jovem, negro e periférico, favelado, diversamente, a imagem, sugere a reinvenção cotidiana do sistema de opressões que se acumulam, onde o homem, mesmo

negro, se protege dosando sua vulnerabilidade diante da mulher, sempre mais vulnerável, nesse sistema.

Fátima Regina Checchetto (2004, p.74) afirma que

uma prática particularmente importante para esse trabalho de construção dos corpos sexuados, de acordo com Bourdieu, é a dos ritos que marcam a separação entre homens e mulheres, por ele chamados de “ritos de instituição”. Estes desempenhariam um importante papel na socialização por gêneros e, principalmente, na somatização progressiva do que ele irá denominar dominação masculina. O corpo segue sendo o locus dessa dominação, uma forma de violência simbólica. Nesse sentido, assinala o esforço dos homens para assegurar sua participação no “patético jogo viril”: dar provas constantes de virilidade nos jogos de honra e guerra. Esse jogo da masculinidade, no entanto, seria um empreendimento inacabado e permanentemente fabricado, por meio do qual podem eclodir comportamentos dominadores e violentos.

Tecendo esse diálogo entre Bordieu (2010) e Checchetto (2004) afirmamos que, para assegurar sua participação, seja qual for, no “patético jogo viril” que é o sistema patriarcal, a “meta” estabelecida pelos estudantes faz sentido. Recheia-se da necessidade de se provar homem a todo momento, exacerbando o que eles entendem por masculinidade. Afinal nesse cenário o homem precisa estabelecer como meta relacionar com o máximo de mulheres possível reforçando sua virilidade, mesmo, se preto. Sempre com algum cuidado, pois, conforme já exploramos anteriormente, a ultra sexualização do homem negro também o torna ameaçador e, se ameaça, pode ser abatido.

Concordamos, que

não só vivemos em um mundo na qual a lógica de ser, viver e estar no mundo é para poucas pessoas, mas, que o direito da vida e da morte no processo civilizatório é exercido com violência. Essa dominação produz vítimas a um custo sacrificial, segundo Mbembe (2016), uma necropolítica. (Sussekind; Merladet; D’avignon; 2022, p. 995)

As ferramentas dessa violência, são muitas vezes, epistemológicas, curriculares, legais, linguísticas, atitudinais, simbólicas, e, de brinquedo. De brinquedo?

A seguir, a figura 2 mostra uma série de simulacros de armas e drogas que foram apreendidas na escola durante a gestão de Vinícius Hozana como diretor escolar. Essas apreensões ocorreram ao longo de um ano e quatro meses de gestão em diversas situações distintas. É possível ver um porrete e uma pistola de plástico, uma pistola feita de cano pvc e bola de festa, três frascos de lança perfume, quatro “balão” (gíria utilizada para denominar cigarros feitos com tabaco e maconha), três pistolas de papel, dois nunchakus (armas de luta marcial oriental) de papel, duas facas de papel e uma metralhadora de

conceito-verbo mas também como um monte de práticas. De qualquer forma, o professor é para ele, neste sentido, “um artista: a conversa complicada é seu meio” (Sussekind, 2014, p. 16). Conversando-pensando-fazendo currículo, os professores falam não só com seus estudantes mas com seus próprios mentores, suas próprias experiências e com seus conteúdos, pois os conteúdos em si mesmos são conversas. Embora, por exemplo, num livro didático as conversas possam ser apresentadas como séries de fatos, elas representam um tipo de tentativa de acordo sobre o que é a verdade, sobre isso ou aquilo. E, assim, as conversas são marcadas pelo seu tempo e possuem uma certa direção ou argumento e de certo modo as conversas movem-se em direção a isso, disse Pinar (Sussekind, 2014, p. 9 e 19). Para ele, por exemplo, o racismo é uma marca indelével dos currículos americanos por mais que se planejem atividades, escrevam livros e implantem-se políticas antirracismo; ainda assim e por isso mesmo, o racismo fará parte da conversa complicada que são os currículos (Sussekind, 2014, p. 8, 10, 50 etc.). (Sussekind, 2014, p. 1519)

Entender esse ser sujeito homem como uma expressão da masculinidade negra periférica, num currículo que é uma conversa complicada e racista, é reconhecer a sua capacidade de enredar conhecimentos e interações, representar interesses patriarcais misóginos e ser um agente de exclusão social dos meninos e homens negros.

Vinícius Hozana (2023, p. 170) declara

Sou enquadrado pelo olhar social no que popularmente chamam negão. A leitura que fazem do meu corpo está associada a elementos limitados como violência, sexualidade, musicalidade, prestação de serviços braçais e de segurança. Já ouvi que o negro nasce duas vezes, no parto e quando recebe a chancela de negro na sociedade, quando fica explícito qual o significado dos corpos negros no convívio social, na produção do imaginário do homem negro como vilão, na zoomorfização dos corpos negros.

Questionar os modelos de masculinidade propostos é, para nós, autores, ter que inventar a nós mesmos (bell hooks, 2019) e isso dá trabalho. Quando se é um homem negro, como um de nós, dá mais trabalho ainda, visto que a capacidade de se reinventar está associada não só as múltiplas possibilidades de performar masculinidade, mas a outros segmentos da vida cotidiana em que a posição do homem negro é vista com extrema limitação.

Toda masculinidade é tóxica?

as políticas curriculares homogeneizantes se valem da necropolítica (Achille Mbembe, 2016, p.135), dos controles e das garantias de suas próprias leis, tornando-se territórios onde as violências atuam a serviço

da civilização. Mbembe afirma que “a soberania é a capacidade de definir quem não é importante, quem é ‘descartável’ e quem não é”. Assim, como também é a capacidade de asfixiar o epistemologicamente desviante como forma de garantir a uma civilidade e qualidade eurocêntricas, adultocêntricas, falocêntricas e heteronormativas. São práticas *políticasculturais* baseadas num profundo divisionismo que se alimenta da permissão de desumanizar e acabar com as vidas de populações inteiras. Localizando a política de morte que volteia as favelas e periferias, para além da afirmação de que é preciso exterminar algumas pessoas ou grupos para garantir a ordem pública e o bem-estar de outros, não se limita às operações policiais e aos homicídios cometidos nelas, mas se estende por vários caminhos das vidas dessas pessoas, na medida em que quando se nega a legitimidade, quando se exclui, subalterniza, se faz, portanto, necropolítica. (Sussekind; Carmo; Maske, 2024, p.143)

O corpo negro está associado a violência, como se fossem os óbvios reprodutores dessas práticas. Socialmente falando, “esperam” de nós determinadas atitudes. Entretanto quando observamos os crimes resultantes da propagação de misoginia na internet, vemos que eles são majoritariamente cometidos por pessoas, na verdade homens brancos. Esses criminosos possuem um perfil étnico e socioeconômico bem distinto dos meninos pretos e pardos das escolas públicas, eles são, em sua maioria, homens brancos raivosos e violentos.

Recentemente, ao escutarmos o podcast O Professor e os Meninos: uma história de abusos (Camila Brandalise, Cristina Fibe e Paula Sacchetta, 2025), conhecemos a história de um professor atualmente preso, condenado por crimes de violência sexual e pedofilia praticados contra estudantes – meninos brancos da elite paulista – ao longo de mais de quatro décadas. Esse caso torna-se relevante porque explicita uma dimensão pouco debatida da masculinidade: a invisibilização da violência sexual contra meninos e homens (um homem estuprado pode não ser mais considerado homem). Em sociedades patriarcais, como analisamos, o lugar masculino é reiteradamente associado ao poder, à força e à capacidade de violentar, e não à condição de vítima. Nessa lógica, como demonstra Connell (2016 *apud* Silva Junior e Camilo, 2022), a masculinidade hegemônica constrói o homem como sujeito ativo, dominador e “comedor” (como traz a fotografia 1) – para usar a categoria culturalmente difundida –, naturalizando hierarquias de gênero e silenciando as experiências de vulnerabilidade masculina.

O estupro como exemplo de tecnologia de subordinação, funcionava, e ainda funciona como meio de vulnerabilizar o corpo, a mente e o emocional. (Carmo; Lima; Sussekind, 2024, p. 2)

Além disso, o sistema patriarcal opera como um pacto de cumplicidade, em que proteção e privilégios são trocados por segredo e silêncio, criando as condições para a perpetuação de múltiplas violências. Assim, o abusador mantém suas vítimas em redes de vergonha, cumplicidade e dependência, frequentemente legitimadas, justificadas, compensadas por benefícios simbólicos ou materiais. O dado alarmante trazido pelo podcast – a estimativa de que um em cada oito meninos e jovens no Brasil já sofreu abuso sexual – reforça o caráter estrutural do problema. Ainda que o caso em questão envolva sujeitos brancos e de elite, sua análise amplia o debate sobre as múltiplas formas de construção da masculinidade. Como lembra Mbembe (2016; *apud* Sussekind; Carmo; Maske, 2024), a necropolítica atua ao definir quais vidas podem ser expostas à violência e ao silêncio; nesse caso, mesmo a elite não escapa da lógica patriarcal que naturaliza a dor masculina como invisível, em nome da própria masculinidade dominante. Se, por um lado, grupos masculinos podem se organizar em associações de resistência e solidariedade – como no relato do Clube da Luta –, por outro, também podem se estruturar em redes de dominação e violência, como no caso do Clube do Mago, liderado pelo professor pedófilo em São Paulo.

Então, a usual associação de uns, mais brancos com menos violência e mais negros com mais violência é falaciosa e corresponde a manifestações da hierarquia racial.

Para Silva Junior e Camilo (2022, p. 182 e 183)

no Brasil existe um misto de subalternização e valorização do homem negro: por um lado é aquele que possui baixa escolaridade, os piores salários e empregos, por outro, sua sexualidade, força e masculinidade são exaltadas e reconhecidas não só dentro da comunidade negra. Em nosso país, o “macho negro” parece ser visto como modelo de virilidade, de potência e de dotação sexual. O homem negro também é construído como ativo, a partir do poder de seu falo como aquele que está, a todo o momento, pronto para o ato sexual. Silva Junior (2017) Silva Junior e Borges (2018) ao investigar as performances de alunos negros em es colas públicas observaram que meninos negros se constituem, muitas vezes, desde muito novos, como o “negão” falocêntrico, o predador sexual.

Para Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) a masculinidade dominante se apoia na branquitude e na heterossexualidade para manter sua supremacia racial e de gênero. Essa hegemonia silencia e marginaliza outras masculinidades, sobretudo as periféricas e negras, na qual, a bichinha preta ocupa um dos lugares de maior vulnerabilidade e invisibilidade, sendo a homossexualidade, e a transmasculinidade, também, formas de masculinidade, embora tratadas muitas vezes como distorção. Há uma multiplicidade de

masculinidades possíveis e mesmo a dita hegemônica/dominante se desloca no contato entre os pares e nas controvérsias sociais. A autora afirma que a redução do homem negro a seu corpo e sexo, o expõe e limita enquanto potência sexual e estereótipos de virilidade, enquadrando-o em papéis impostos. O corpo negro é fetichizado e objetificado, sem reconhecimento subjetivo e intelectual. Nessa lógica o racismo define papéis sexuais, reforça hierarquias de poder nas relações, e essa situação não molda apenas a vivência da sexualidade do homem negro, mas coloca-o em posição de marginalidade social.

Para Mônica Conrado e Alan Augusto Moraes Ribeiro (2017, p.89 e 90)

a ocidentalização de corpos negros se traduz em máquina de prazer e de violência ao se negar saberes, conhecimentos tradicionais, memória ancestral por gestualidades, práticas culturais, rezas, musicalidade, jeito de se expressar e de andar, de ver e estar no mundo, muito singulares para cada contexto específico, para cada experiência do vivido. As masculinidades negras se constituem em processo constante, dinâmico, revitalizador, marcadas por ambiguidades e contradições; descontinuadamente em um jogo de resistência e subalternização dos homens negros nas práticas de gênero entre homens. Homens negros compartilham tradições culturais negras, mas devem resolver as contradições com que se defrontam na redefinição de masculinidades negras face às noções abstratas, vazias de subjetividades próprias – fruto da masculinidade que lhes é imposta (Coollins, 2009; Hoch, 1979).

Vinícius Hozana (2024) compreende a negritude como identidade histórica, política e cultural que ultrapassa a cor da pele, constituindo-se na experiência comum de resistência frente ao racismo e às tentativas de desumanização que marcaram os povos negros. Ela se expressa tanto no orgulho de ser negro e valorizar as tradições afro-brasileiras (Zilá Bernd, 1988), quanto na consciência de uma trajetória coletiva de negação e luta por reconhecimento e afirmação cultural (Kabengele Munanga, 2009).

A masculinidade negra transita (e muitas vezes morre) nessas hierarquias, entre diferentes interdições que vão do neguinho “sementinha do mal” ao “negão desse tamanho”, quando a toxicidade é branca, azeda e genocida. Os corpos pretos transitam por diferentes escalas de vulnerabilidade e arriscamos dizer que o medo é sentimento constante em todas elas. O corpo do menino preto é pequeno e vulnerável, por isso é mais morto. O corpo da bicha preta é mais violado, não reconhecido, sequer existe. O corpo do homem preto grande é ameaçador e tem que ser animalizado, ridicularizado, para ser incluído nas limitadas possibilidades de vida que nos oferecem.

Clubes, segredos e violências misóginas

Nos últimos anos novas e velhas práticas violentas têm encontrado nas redes sociais um terreno fértil para sua expansão, talvez pelo isolamento de muitos usuários das redes. Esse fenômeno não prescinde de formas antigas de conhecimento e propagação, afinal é a aprendizagem entre os pares que constrói redes transnacionais de solidariedades, conhecimentos e práticas sociais violentas e misóginas e particularmente agressivas não apenas com as mulheres, mas também aos homens. Espaço de jogos perversos e mortais, ensinam e agrupam, levando a planejamentos macabros, criminosos e de grande repercussão midiática. Muitas violências exercidas e sofridas por meninos e homens, como torturas, chantagens, distribuição de imagens pornográficas, tiroteios em escolas, esfaqueamentos ou como o caso do estupro público coletivo do torcedor no Recife (Fabiana Moraes, 2025), são práticas misóginas de afirmação da masculinidade e feminização do outro. Segundo Moraes (2025)

em tempos de saudades de uma “energia masculina” que nunca esteve fora do jogo, em tempos da popularização dos red pills, armamentistas e predadores, a emasculação transmitida ao vivo por um grupo de estupradores é o estandarte no qual lemos: somos os verdadeiros machos e podemos fazer aquilo o que quisermos com vocês.

São inúmeras práticas sociais difundidas nos cotidianos e currículos que estão e são *dentrofora* das escolas em uma lógica patriarcal e misógina de violência. A masculinidade tóxica é a masculinidade que possui, domina, e desumaniza, por isso, odeia. É a masculinidade que atua com práticas sociais pautadas na lógica da violência misógina e patriarcal. É antiga, e tem aprimorado suas tecnologias necropolíticas por muito tempo. Dialogando com Gerda Lerner (2019; Sussekind; Carmo; Maske, 2024) entendemos que o desenvolvimento do patriarcado está associado a como as relações de gênero se modificaram ao longo da história. Para Carmo (2023, p. 1 e 2) o Patriarcado é “um sistema que agrupa as pessoas em relação às desigualdades, em que os privilégios se deslocam constantemente diante das territorialidades e aniquilam a outridade em relação ao padrão de heteronormatividade imposto”. Esse sistema se associou ao nomadismo, às primeiras sociedades agrárias e primeiros impérios, à escravidão antiga, ao feudalismo, ao colonialismo, e ao capitalismo, e até ao socialismo, sendo ocidental, do latim *occidere* (assassinar) mas não exclusivamente, e, fazendo da escravização moderna sua pior (e

melhor) tecnologia de dominação, exploração e morte. Muitas dessas tecnologias como a desumanização, a descaracterização religiosa, linguística, de nome e de gênero, e, sobretudo o racismo, permanecem e se aperfeiçoam. Mas nós, “a gente combinamos de não morrer” (Conceição Evaristo, 2016, p. 68).

Referências

- ASSIS, Machado de. "Pai contra Mãe". In: ASSIS, Machado de. Relíquias de Casa Velha. Rio de Janeiro: Garnier, 1906. **Texto proveniente de:** A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>
- BERND, Zilá. O que é negritude. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kuhner – 9ª ed. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2010.
- CARMO, Lorena Azevedo do. Quem tem medo da feminização do currículo?: uma conversa complicada sobre o patriarcado. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_35_43. Acesso em 28 ago 2025.
- CHECCETTO, Fátima Regina. Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004
- CIDADE DE DEUS. Direção de Fernando Meirelles. Brasil: O2 Filmes e VideoFilmes, 2002. 130 min, DVD.
- CLUBE DA LUTA. Direção de David Fincher. Estados Unidos: Fox 2000 Pictures e Regency Interprises, 1999. 139 min, DVD.
- CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(1): 73-97, janeiro-abril/2017
- COSTA, Jurandir Freire. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- EVARISTO, C. Olhos d'água. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- hooks, bell. Olhares negros: raça e representação. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOZANA, Vinícius. “UM NEGÃO DESSE TAMANHO”: cacoc e currículos cotidianos na trajetória de um professor negro de geografia. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 168-184, 2023.
- HOZANA, Vinícius. Conversas com um professor negro: um estudo sobre currículos, pandemia, ódios e negritude. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- LERNER, G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LINS, Paulo. Cidade de Deus. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MORAES, Fabiana. No estupro coletivo de um homem, o recado sobre o valor de uma mulher. Intercept Brasil. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/02/27/no-estupro-coletivo-de-um-homem-o-recado-sobre-o-valor-de-uma-mulher/>. Acesso em 24 ago 2025.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. – Curitiba, 2017. 190 f. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Rita de Assis César Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

O Mago. Locução de Camila Brandalise, Cristina Fibe e Paula Sacchetta. O professor e os meninos: uma história de abusos. Podcast Original UOL Prime, 25 de agosto de 2025. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=meLQlgZTTUA> . Acesso em: 31 ago de 2025.

PALAHNIUK, Chuck. Clube da Luta. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; CAMILO, Vanderlir. Atenção!!! Homens trabalhando: um olhar sobre masculinidades negras na pornografia gay hardcore brasileira. O Social em Questão - Ano XXVI - nº 55 - Jan a Abr/2023 pg 177 - 200.

SUSSEKIND, Maria Luiza. As (im)possibilidades de uma base comum nacional. Revista eCurriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1512 – 1529 out./dez. 2014b.

SUSSEKIND, Maria Luiza; Fábio André Diniz Merladet, Maria Giulia Scheeffler

D'avignon. O fim do mundo do fim. Revista Inter-Ação, Goiânia, v.47, n.3, p. 994-1008, set/dez. 2022.

CARMO, Lorena Azevedo do.; LIMA, Juliana de Souza.; SUSSEKIND, Maria Luiza. NEM TODA MULHER É BUNDA, NEM TODA PROFESSORA É BRANCA. **Cadernos de Educação**, n. 67, 15 fev. 2024.

SUSSEKIND, Maria Luiza; CARMO, Lorena Azevedo do; MASKE, Jeferson. Currículos, qualidade da educação e a “guerra contra a infância no Rio de Janeiro”. *Revista Educação e Emancipação*, v. 17, n. 3, p. 137–156, 23 Dez 2024

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.